

# **Arbitragem e Conexão**

**PODERES PARA DECIDIR SOBRE QUESTÕES DE CONEXIDADE**

**2018**

**Paulo Macedo Garcia Neto**

## **ARBITRAGEM E CONEXÃO**

### **PODERES PARA DECIDIR SOBRE QUESTÕES DE CONEXIDADE**

© Almedina, 2018

AUTOR: Paulo Macedo Garcia Neto

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9788584933969

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Garcia Neto, Paulo Macedo  
Arbitragem e conexão : poderes para decidir  
sobre questões de conexão / Paulo Macedo Garcia  
Neto. -- São Paulo : Almedina, 2018.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-396-9

1. Arbitragem (Direito) 2. Conexão de causas  
3. Conexidade 4. Processo civil I. Título.

18-19606

CDU-347.91/.95

---

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Arbitragem e conexão : Processo civil 347.91/.95

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Agosto, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
editora@almedina.com.br  
www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
1. Objeto e Finalidades	36
2. Hipóteses de Trabalho	49
3. Metodologia	50
4. Estrutura da tese	53
5. Estado da Arte e Contribuição Original da tese	55

## PRIMEIRA PARTE 59

CAPÍTULO 1. O QUE É A CONEXÃO E O QUE É A CONSOLIDAÇÃO DE PROCESSOS ARBITRAIS CONEXOS?	61
1.1. A Conexão e Seus Efeitos – a Consolidação	61
1.1.1. Definição de reunião/consolidação de processos arbitrais	64
1.2. Diferença entre Cumulação Original e Cumulação Sucessiva – Consolidação de Arbitragens Conexas como Cumulação de Demandas Sucessivas Derivadas e Decorrentes de Múltiplos Contratos	66
1.2.1. Separação de demandas originalmente cumuladas	67
1.2.2. Momento da instituição da arbitragem e consolidação de demandas	68
1.3. Conexão e identificação da demanda	70
1.3.1. Os Elementos de Identificação da Demanda	70
1.3.2. Análise do objeto litigioso	75
1.4. Modalidades de Conexão	77
1.4.1. Reconvenção e conexidade	77
1.4.2. Conexão por Dependência e Fato Superveniente	79

## ARBITRAGEM E CONEXÃO

1.4.3. A Relação de Prejudicialidade Como Modalidade de Conexão	81
1.5. Conexão e Continência	84
1.6. Litispendência vs. Conexão	85
1.7. O Enquadramento da Consolidação de Demandas Arbitrais Conexas na Teoria Processual	89
 CAPÍTULO 2. POR QUE CONSOLIDAR PROCESSOS ARBITRAIS CONEXOS? FINALIDADE, VANTAGENS E DESVANTAGENS	93
2.1. Especificidades da Arbitragem em Relação ao Judiciário	95
2.2. Risco de Decisões Contraditórias ou Conflitantes	99
2.3. Eficiência e Arbitragem	103
2.3.1. A Consolidação de Demandas Arbitrais Não Pode Ser Vista Como a Panaceia Para a Eficiência	104
2.4. Fatores Tempo e Custo	106
2.5. Complexificação Do Processo Arbitral Consolidado	110
2.5.1. Dificuldades geradas pela complexificação	110
2.5.2. <i>Big Picture</i> do problema como ganho decorrente da complexificação	111
2.6. A Confidencialidade e a Consolidação de Demandas Arbitrais	112
2.7. O Direito das Partes de Escolher os Árbitros e a Consolidação de Processos Arbitrais	114
 CAPÍTULO 3. CONSENTIMENTO DAS PARTES COMO FONTE DE LEGITIMAÇÃO PARA DECIDIR NA ARBITRAGEM	
- PRIMEIRO CRITÉRIO	119
3.1. A Convenção Arbitral é o Resultado da Negociação Entre as Partes	123
3.1.1. Negociações de cláusulas compromissórias em contratos internacionais complexos	129
3.1.2. Como superar as diferenças entre as cláusulas compromissórias em processos arbitrais que precisam ser consolidados?	134
3.2. Como interpretar o Consentimento das Partes para a Consolidação?	135
3.3. Há Diferentes Gradações de Consentimento?	139
3.3.1. Inaplicação Do Princípio <i>Favor Arbitrandum Como Favor Simultaneous Processus</i>	142
3.4. Poderes dos Árbitros e Consentimento das Partes – Poderes Inerentes d Implícitos	144

3.4.1. Consentimento Implícito Para a Consolidação de Demandas Arbitrais Relacionadas	145
3.4.2. Circunstâncias Para o Reconhecimento do Consentimento Implícito para a Consolidação de Processos Arbitrais Conexos	147
3.4.3. Inexistência de Poderes Inerentes dos Árbitros Para Buscar Medidas Eficientes	152
3.5. Poderes dos Árbitros vs. Autorização das Partes	154
 CAPÍTULO 4. DEMAIS CRITÉRIOS PARA QUE SEJA DETERMINADA A CONSOLIDAÇÃO DE PROCESSOS ARBITRAIS RELACIONADOS	 163
4.1. O Risco de Julgamentos Contraditórios Como Critério Para Se Determinar a Consolidação – Utilidade da Consolidação	171
4.1.1. Pode Haver Consolidação de Processos Sem Que Exista Conexão?	172
4.2. Momento processual para a consolidação de processos arbitrais	173
4.2.1. Impossibilidade de Conexão Após Julgamento	173
4.2.2. Momento Processual	174
4.3. Conveniência da Consolidação Como Critério Para Sua Determinação	178
4.4. Conexão Probatória Como Critério Para Consolidação de Demandas Arbitrais	179
4.5. Critérios Gerais vs. Critérios Específicos Para Consolidação de Demandas Arbitrais Multipartes-Multicontratuais	180
 CAPÍTULO 5. ARBITRAGENS MULTIPARTES E ARBITRAGENS MULTICONTRATUAIS	 181
5.1. As Partes Precisam Ser as Mesmas? Arbitragens Multipartes	183
5.1.1. Analogia com a Integração de Terceiro ( <i>Joinder</i> )	186
5.2. Arbitragens Multicontratuais	194
5.2.1. Contratos Coligados E Contratos Conexos	195
5.3. Compatibilidade Entre as Convenções Arbitrais	197
 SEGUNDA PARTE	 207
 CAPÍTULO 6. AUTORIDADE E COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE QUESTÕES DE CONEXIDADE – UMA PERSPECTIVA DE DIREITO COMPARADO	 209

## ARBITRAGEM E CONEXÃO

6.1. Competência Para Decidir Sobre a Cumulação Originária de Demandas Arbitrais Conexas – Separação de Demandas Arbitrais Conexas	209
6.2. Competência-Competência e a Consolidação de Processos Arbitrais Conexos	212
6.3. A Consolidação de Processos Relacionados Por Instituições Arbitrais	216
6.3.1. CCI	217
6.3.2. Regras de Arbitragem Internacional da Câmara de Comércio da Suíça	223
6.3.3. Regulamento CEPANI	225
6.3.4. ICDR e a Figura do “Árbitro Consolidador”	229
6.3.5. LCIA	232
6.3.6. Outras Instituições Arbitrais Estrangeiras	233
6.3.7. Regras da UNCITRAL	234
6.4. Consolidação de Processos Arbitrais Pelo Judiciário – Uma Perspectiva Comparada	234
6.4.1. O Modelo Americano de Consolidação Judicial de Processos Arbitrais Conexos – da Intervenção ao Empoderamento dos Árbitros	238
6.4.2. A Consolidação/Reunião Pela Via Judicial Prevista na Legislação da Holanda	245
6.4.3. Inglaterra e Commonwealth – do consentimento estrito inglês à tendência pró-consolidação australiana Austrália	249
6.4.4. A Contenção do Papel do Judiciário na Consolidação de Processos Arbitrais na França e Itália – a Solução Aparente	253
França	253
Itália	258
<b>CAPÍTULO 7. O DIREITO BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DE DEMANDAS ARBITRAIS RELACIONADAS</b>	261
7.1. As Instituições Arbitrais Brasileiras e a Consolidação de Processos arbitrais relacionados	261
7.2. O Caso Brasileiro E O Art. 7º Da Lei De Arbitragem Brasileira	265
7.3. Convenções Arbitrais Divergentes	277
7.3.1. Atribuir a decisão ao Tribunal Arbitral	278
7.3.2. Conflito Positivo de Competência entre Instituições Arbitrais	279

7.3.3. Conflito Positivo de Competência entre Árbitros e Juízes	285
7.3.4. Conveniências e inconveniências da solução do art. 7º a demandas arbitrais conexas administradas por instituições distintas	288
7.4. O Precedente Brasileiro de Consolidação de Processos arbitrais relacionados por Decisão Judicial – O Caso Usina Hidrelétrica Corumbá III	289
7.5. Requisitos Para a Atuação Judicial em Demandas Arbitrais Conexas e Critérios Para Essa Consolidação <i>Prima Facie</i>	293
CAPÍTULO 8. TÉCNICAS DE CONSOLIDAÇÃO DE DEMANDAS ARBITRAIS CONEXAS	297
8.1. Consolidação em simultaneus processus	297
8.1.1. Formação do Tribunal Arbitral	298
8.1.2. Consequências da consolidação judicial fundada no art. 7º	299
8.1.3. Julgamento <i>Ex Officio</i> e Princípio Dispositivo	299
8.1.4. Necessidade de Se Ouvir as Partes – Necessidade de Informar e Possibilidade de Reagir das Partes	301
8.2. Nomeação dos Mesmos Árbitros Para Arbitragens Paralelas Conexas – Consolidação <i>Ex Facto</i>	303
8.3. Produção Conjunta de Provas entre Processos Arbitrais Relacionados e Conexas – A Solução Alternativa Inglesa	309
8.3.1. A Produção Conjunta e Simultânea de Provas em Processos Arbitrais Relacionados – Conexão Probatória	309
8.4. Separação De Demandas Arbitrais	320
CONCLUSÃO	323
REFERÊNCIAS	329
ÍNDICE	357